

APRESENTAÇÃO

A organização de um número temático da *Análise Social* sobre a história política de Portugal já não carece propriamente de justificação. O assunto readquiriu entretanto, de há uns bons anos a esta parte, dignidade académica. Isto significa que a academia voltou a admitir no seu seio um tipo de conhecimento que, não tendo nem podendo ter pretensões científicas, nem por isso deixa de ser válido e meritório. Também (já) não vale a pena retomar aqui os motivos que levaram à gradual reabilitação da história política. Toda a gente sabe que ela se operou sobre a verificação dos impasses da história como ciência e o reconhecimento de que um passado sem política resultava irremediavelmente mutilado numa sua dimensão essencial. Dito isto, que é pacífico, resta que o presente número reflecte precisamente diversas maneiras de entender e fazer história política. Elas são basicamente duas: uma maneira clássica ou tradicional, que é a história narrativa, e uma maneira «nova», inspirada numa definição do objecto colhida na nova história ou história-ciência social. No primeiro caso, maioritariamente ilustrado neste número, estamos perante homens de carne e osso que, se bem que condicionados pela sua época e limitados por todo o tipo de constrangimentos inerentes à vida humana, decidiram e agiram deliberadamente com o propósito de atingirem um ou vários objectivos orientados para a vida da comunidade. No segundo caso, esses homens de carne e osso desaparecem e, em lugar deles, temos «actores sociais», quer dizer, personagens tipificadas através do seu perfil prosopográfico e que desempenham determinados papéis sociais. No primeiro caso, em que se visa sempre, directa ou indirectamente, a reconstituição de um fragmento do passado, narra-se uma história tecida em torno de uma intriga; no segundo analisam-se ou comparam-se variáveis relevantes do ponto de vista das teorias convocadas para a explicação do fenómeno seleccionado. Ali trata-se de compreender acontecimentos singu-

lares protagonizados por homens ou grupos particulares; aqui, de generalizar explicações para fenómenos que se repetem ou são pelo menos semelhantes. A estas duas maneiras de fazer história, afinal ambas já clássicas porque já está idosa a história que se quis «nova», deve acrescentar-se a história pós-moderna (também aqui representada), que se pretende uma desconstrução crítica e relativizadora dos próprios discursos histórico e historiográfico.

Mas haverá algo que se possa com propriedade qualificar de história política, ou o que existe é simplesmente história, porque toda ela é, directa ou indirectamente, um discurso sobre a sociedade? A pergunta foi recentemente colocada num colóquio sobre «A história no limiar do ano 2000»¹, e alguns historiadores presentes não hesitaram em defender a segunda alternativa. Quando muito, admitia-se uma excepção para a história militar ou a história económica, em virtude de qualquer delas requerer a posse de conhecimentos técnicos muito especializados. Para fazer história militar é necessário saber ler mapas, conhecer a espingarda pederneira ou ter uma ideia da formação em quadrado. Para fazer história económica é necessário saber construir um índice de preços ou extrair uma recta de tendência. A história política, pelo contrário, não mobiliza quaisquer competências especiais.

Não adiro a este critério, e considero que existe uma história propriamente política, dotada de um assunto típico e específico. Max Weber definiu-o do seguinte modo: «Nous entendons uniquement par politique la direction du groupement politique que nous appelons aujourd'hui 'État', ou l'influence que l'on exerce sur cette direction»².» Desenvolvendo esta definição, eu diria que a história política trata das ideias, decisões, projectos e vontades concebidos por sujeitos concretos (individuais ou colectivos), em harmonia ou em competição entre si, que se manifestam como acção; esta acção desenrola-se em todos os domínios da existência social e tem por objectivo directo ou indirecto a organização e direcção da vida em sociedade — da *polis* portanto; no cerne de tudo quanto respeita à organização e direcção da vida em sociedade encontra-se a luta pelo poder, o exercício do poder, a resistência ao poder e a definição das relações entre comando e obediência. Para estudar estas questões é-se logicamente encaminhado para a utilização de um certo tipo de fontes que diferem muito das fontes utilizadas por quem faz, por exemplo, história social ou económica. Essas fontes são constituídas por peças legislativas, debates parlamentares, imprensa, correspondência entre a administração central e local, memórias e correspondência pessoais, etc. Não quer dizer que estes materiais não possam ser utilizados para outros fins, mas eles são, por excelência, os materiais com que se faz a história política.

¹ Realizado no Palácio Fronteira nos dias 8 e 9 de Junho de 2000.

² *Le savant et le politique*, Paris, Lib. Plon, 1959, p. 112.

Esta consideração remete-nos para outro problema. Trata-se de saber se a história política se faz sempre da mesma maneira, independentemente da época estudada. Ora parece claro que não. Não porque a política, tal como acima se definiu, não esteja presente em todas as épocas, mas porque as formas e dimensões da participação política são radicalmente variáveis e precisamente o tipo de fontes, e a sua escassez ou abundância, também variam em correspondência com essas formas e dimensões. Entre o mundo medieval da política e o mundo contemporâneo existe um abismo. No primeiro caso, a rudimentaridade do aparelho de Estado e a pequenez da elite político-administrativa limitam drasticamente quer o campo político, quer os documentos produzidos e legados. No segundo, a dimensão do Estado e das elites, bem como, sobretudo, o fenómeno da massificação política, tornam a política omnipresente, sendo o principal reflexo disto não apenas a gigantesca massa documental gerada e legada, como a profusão da imprensa política. Assim, a diversidade dos trabalhos aqui reunidos reflecte não só diferentes sensibilidades historiográficas, como também os condicionalismos materiais que se impõem ao historiador.

Na sucinta apresentação que farei de cada um desses trabalhos sigo naturalmente a ordem cronológica. Começo, portanto, com José Mattoso, que nos brindou com um estudo da mais clássica história política narrativa. Abrange os anos cruciais entre 1258 e 1264, decisivos «para o conhecimento do processo de centralização monárquica e para o que poderíamos chamar a edificação do Estado moderno». Na introdução, Mattoso alerta precisamente o leitor para os problemas que aflorei. A insuficiência e a deficiência das fontes tornam a reconstituição narrativa da época medieval um exercício muito problemático, porque largamente sustentado em conjecturas. A fim de justificá-las, nasce no interior da narrativa histórica como que uma segunda narrativa, a do «percurso seguido pelo investigador para descobrir, não o que aconteceu, mas o que poderia ter acontecido [...] A narrativa torna-se uma viagem guiada a um mundo possível.»

Assimilando a história política à análise do discurso jurídico-político, A. M. Hespanha interpreta um texto de Luis de Molina sobre a escravização dos negros, editado em 1593, mas provavelmente escrito durante o período em que o autor leccionou em Coimbra ou em Évora, entre 1566 e 1590. Trata-se de um texto eminentemente político, se por aqui se entender, na esteira de Weber, que é político tudo o que vise influenciar a direcção do Estado. Molina propõe-se averiguar em que condições seria legítimo escravizar «homens plenos» não sujeitos, por princípio, à escravidão *natural*. Este exercício, que o leva a examinar concretamente os costumes e as ordens morais e legais vigentes nas comunidades africanas sujeitas ao tráfico de escravos, acaba por implicar um juízo sobre a responsabilidade dos reis de Portugal pelos abusos cometidos tanto à sombra da distância geográfica

como à sombra de erróneos e pouco cristãos preconceitos a respeito da suposta inumanidade dos negros.

Distanciando-se de certas correntes historiográficas sobre a política na época moderna, Nuno G. Monteiro insiste na verificação de que existe na primeira metade do século XVIII, mau grado a presença hegemónica dos juristas na direcção do Estado e mau grado uma larga assimilação da política ao exercício da justiça, «uma esfera bem definida da acção e da disputa política». As fontes revelam que esta era, de resto, perfeitamente identificada pelos contemporâneos. Todavia, tudo recomenda que não se caia na tentação de imaginar o mundo da política no período joanino à semelhança do mundo político contemporâneo. O âmbito das matérias políticas era muito mais limitado, em função dos «restritos recursos, dimensão e competências da administração central». Entre aquelas avultavam as nomeações para cargos e remunerações de serviços. Dada a «dimensão prebendial da monarquia», estes assuntos constituíam «o tópico mais recorrente da disputa e da decisão políticas».

O meu contributo pessoal, que por obediência à ordem cronológica se insere aqui, consiste em averiguar concretamente como e porquê caiu o primeiro governo histórico presidido pelo marquês de Loulé (1856-1859). Contei primeiro a história do renascimento do *radicalismo* a partir das águas mornas dos primeiros anos da Regeneração, apostado em obrigar o Partido Histórico a descolar do bloco progressista-regenerador, em que se tinha praticamente diluído; depois, a história de como a esquerda utilizou a questão religiosa para ressuscitar a grande divisão partidária que a Regeneração temporariamente esbatera. Como Loulé, amarrado pela sua aliança com o avilismo conservador, resistisse a satisfazer as reivindicações anticlericais da sua própria ala *radical*, esta retirou-lhe o apoio parlamentar e provocou a sua queda. Por outras palavras, o governo histórico morreu às mãos da sua própria bancada.

M. Filomena Mónica dá-nos uma versão polémica da história das Conferências do Casino de 1871. À época, o seu encerramento por ordem do governo do conde de Ávila serviu à oposição de esquerda, e sobretudo à jovem geração de intelectuais apostada em estabelecer o contacto de Portugal com a Europa civilizada, para vituperar o reaccionarismo do governo e do *establishment*. Todavia, olhada a questão no seu contexto histórico, aquele encerramento torna-se compreensível, tendo em conta a apreensão produzida pelas primeiras movimentações socialistas em Portugal e o tremendo susto provocado na Europa liberal e católica pelos excessos revolucionários da Comuna de Paris. Por outras palavras, o episódio não desmente a feição solidamente liberal do regime monárquico-constitucional português. O regime defendeu-se justificadamente de um ataque à religião católica e às instituições por parte dos que faziam a propaganda da revolução.

Fernando Rosas revisita a polémica sobre a natureza do Estado Novo nos seus anos de maior pujança, anteriormente à segunda grande guerra. Com base em trabalhos recentes no domínio da propaganda, da educação nacional, da criação de uma «cultura popular», da política para os tempos livres e para a educação das mulheres, o autor conclui que o salazarismo projectava, à semelhança dos regimes fascistas, a realização de um «homem novo» que encarnasse o ideário da revolução nacional. Para tanto criou «um aparelho de inculcação ideológica autoritária, estatista, mergulhado no quotidiano das pessoas (ao nível das famílias, da escola, do trabalho, dos lazeres)». Deste modo, e ao contrário do que tantas vezes tem sido sustentado, não faltou ao Estado Novo — desde o seu início até à derrota do Eixo — a vocação «totalizante», expressa numa política sistemática de «reeducação dos espíritos», que o aproxima, também por este lado, das outras experiências congéneres na Europa.

Uma história política inspirada no modelo científico é aqui representada por A. da Costa Pinto. Estuda-se o ditador Salazar e a sua elite ministerial numa perspectiva comparada com outras ditaduras europeias do mesmo período. Nada nos é contado sobre a governação de Salazar ou sobre a vida política durante o salazarismo. Caracteriza-se a elite ministerial do Estado Novo por forma a chegar a uma tipologia dos ministros e tipificam-se as vias de acesso aos cargos governativos. É precisamente este exercício que torna o salazarismo objectivamente comparável com outras experiências europeias associadas ao fascismo. A conclusão é a de que Salazar foi um ditador «forte», quer dizer, concentrou na sua pessoa, sem fazer grande uso de recursos carismáticos, um larguíssimo quinhão da decisão política. Desta fazia parte, precisamente, o (quase) total arbítrio pessoal na escolha dos seus governantes, uma circunstância que se explica por uma variável histórica que contrasta com os outros casos evocados: «a presença ou não de um partido fascista no processo de transição para o regime ditatorial e, uma vez institucionalizado o regime, o papel do partido único no sistema político autoritário».

M. FÁTIMA BONIFÁCIO